

# **Relatório Fortaleza:** Segunda Cúpula Global da Coalizão para Alimentação Escolar



A Coalizão para Alimentação Escolar foi lançada na Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas de 2021 com um objetivo claro: garantir que todas as crianças, em todos os lugares, tenham acesso a uma refeição escolar saudável e nutritiva até 2030. Liderada pelos Estados-Membros e apoiada por um Secretariado organizado pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP), a Coalizão cresceu rapidamente e se tornou uma das mais dinâmicas plataformas de ações multilaterais. Hoje, reúne mais de 110 países, 150 parceiros e seis órgãos regionais, unidos em torno de um compromisso compartilhado de fortalecer os programas nacionais de alimentação escolar como impulsionadores da aprendizagem, do capital humano e da transformação dos sistemas alimentares.

Progressos significativos foram alcançados em apenas alguns anos. De acordo com o Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024, os programas de alimentação escolar agora atingem 466 milhões de crianças em todo o mundo, um aumento de quase 80 milhões desde 2020 e um crescimento geral de 20%. Os países de renda baixa e média-baixa, onde as necessidades são maiores, registraram a expansão mais rápida, com a cobertura aumentando quase 60% em apenas dois anos. O investimento global em alimentação escolar atingiu USD 84 bilhões anuais, com 99% financiados por governos nacionais, ressaltando que essa não é mais uma agenda liderada por assistência, mas uma prioridade de política pública. A África liderou grande parte desse crescimento, adicionando 20 milhões de crianças a programas de alimentação escolar, enquanto países como Canadá, Indonésia e Ucrânia lançaram ou expandiram iniciativas em todo o país pela primeira vez.

Progressos significativos foram alcançados em apenas alguns anos. De acordo com o Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024, os programas de alimentação escolar agora atingem 466 milhões de crianças em todo o mundo, um aumento de quase 80 milhões desde 2020 e um crescimento geral de 20%. Os países de renda baixa e média-baixa renda, onde as necessidades são maiores, registraram a expansão mais rápida, com a cobertura aumentando quase 60% em apenas dois anos. O investimento global em alimentação escolar atingiu USD 84 bilhões anuais, com 99% financiados por governos nacionais, ressaltando que essa não é mais uma agenda liderada por assistência, mas uma prioridade de política pública. A África liderou grande parte desse crescimento, adicionando 20 milhões de crianças a programas de alimentação escolar, enquanto países como Canadá, Indonésia e Ucrânia lançaram ou expandiram iniciativas em todo o país pela primeira vez.

A Segunda Cúpula Global da Coalizão para Alimentação Escolar, realizada de 18 a 19 de setembro de 2025 em Fortaleza, Brasil, sob o alto patrocínio do presidente Lula da Silva, confirmou esse impulso acelerado. A Cúpula reuniu cerca de 80 estados-membros da Coalizão, mais de 30 em nível ministerial, e cerca de 60 organizações parceiras, para fazer um balanço do progresso desde a primeira Cúpula Global em Paris, em 2023, e estabelecer uma visão renovada para os próximos anos. Discussões centradas nas [Seis Prioridades da Coalizão](#) definidas pela Força-Tarefa da Coalizão para 2025-2026:

1. Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal globalmente e ampliar o acesso a financiamento sustentável
2. Transformar os compromissos em ação em nível de país
3. Fortalecer as evidências para uma melhor tomada de decisões e programas custo-efetivos
4. Medir resultados e relatar o progresso da Coalizão
5. Capacitar cidades e municípios para progredir
6. Priorizar a participação de alto nível na próxima reunião Global e eventos de advocacy relacionados

Os governos apresentaram conquistas concretas, desde a rápida expansão da cobertura e nova legislação até o aumento do investimento, padrões nutricionais mais fortes, sistemas de monitoramento digital, modelos de compras locais e estratégias de financiamento sustentáveis. A Cúpula foi um momento poderoso de determinação coletiva, com os estados-membros anunciando novos compromissos nacionais, elevando o total para 66 e demonstrando forte liderança. Os parceiros apresentaram iniciativas complementares em pesquisa, clima, educação e ação no nível das cidades. Uma mensagem compartilhada surgiu em todas as discussões: a alimentação escolar é uma ferramenta estratégica para melhorar os resultados de aprendizagem, fortalecer a proteção social, estimular as economias locais, promover a igualdade de gênero, promover dietas mais saudáveis e apoiar sistemas alimentares sustentáveis e resilientes. A Cúpula de Fortaleza assinalou um novo marco para a Coalizão, estabelecendo uma visão renovada e prioridades coletivas para os próximos anos, à medida que os países trabalham para alcançar o acesso universal a refeições escolares nutritivas até 2030.

A Cúpula culminou com a **Declaração de Resultados**<sup>1</sup> os co-presidentes, que fornece um resumo dos principais resultados da segunda Cúpula Global e o que virá a seguir para a Coalizão.

Embora a Declaração de Resultados capture o que foi alcançado, este relatório oferece uma narrativa abrangente dos procedimentos da Cúpula, incluindo um resumo de todas as intervenções dos países membros e parceiros. Destina-se a governos, parceiros e partes interessadas que necessitam de informações detalhadas sobre as discussões e compromissos assumidos na Cúpula.



*Da esquerda para a direita: Fernanda Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Brasil; Sua Excelência o Sr. Thani Mohamed-Soilihi, Ministro Delegado para a Francofonia e Parcerias Internacionais, França; Sua Excelência o Sr. Ville Tavio, Ministro do Comércio Exterior e Desenvolvimento, Finlândia; Sra. Valerie Guarnieri, Diretora Executiva Adjunta, Operações de Programas, Programa Mundial de Alimentos.*

<sup>1</sup> A Declaração de Resultados está disponível em inglês, francês, português e espanhol na página do site da Coalizão para Alimentação Escolar dedicada à Cúpula:

<https://schoolmealscoalition.org/2nd-global-summit-school-meals-coalition>

## 1. Sessão de abertura: Liderança Política e Compromisso Global Renovado

A cúpula foi aberta com uma forte afirmação da alimentação escolar como uma das mais poderosas políticas públicas para o avanço da equidade, da aprendizagem, da saúde e do desenvolvimento humano. Líderes do Brasil, França, Finlândia, WFP e autoridades locais sublinharam que garantir que todas as crianças tenham acesso a refeições nutritivas na escola é um imperativo moral e um investimento estratégico no futuro nacional. Suas intervenções deram o tom para uma cúpula focada em ação, solidariedade e responsabilidade compartilhada, mostrando o Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil como um modelo de colaboração intersetorial e responsabilidade compartilhada, e avançando diretamente a Prioridade 1 da Coalizão para Alimentação Escolar: Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal globalmente.

### **Brasil – Primeira-Dama e embaixadora do Brasil da alimentação escolar do Brasil, Janja Lula da Silva**

Falando como Embaixadora do Brasil para a alimentação escolar por meio de uma mensagem em vídeo, Janja Lula da Silva enfatizou que a alimentação escolar não é apenas comida, mas um motor de saúde, aprendizado, cidadania e esperança. Ela relembrou os retrocessos causados por anos de desinvestimento e comemorou a vontade política renovada que ajudou o Brasil a sair mais uma vez do mapa da fome, impulsionada pelo fortalecimento dos estoques públicos de alimentos, pela retirada de alimentos ultraprocessados da alimentação escolar, pelo apoio à agricultura familiar e campesina e pelo respeito às culturas alimentares indígenas e tradicionais. A mensagem destacou o impacto transformador da alimentação escolar na educação de meninas, além de vincular a promessa histórica do presidente Lula – de que toda criança deve tomar café da manhã, almoçar e jantar – à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada no âmbito do G20. Ela encerrou com um poderoso lembrete:

**“Cada refeição escolar servida  
é também uma semente do futuro.”**

### **Brasil – Fernanda Pacobahyba, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**

A presidente Fernanda Pacobahyba reafirmou o compromisso do Brasil com a alimentação escolar como pilar da educação e da justiça social, destacando a escala do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com 50 milhões de refeições servidas diariamente, e sua regra pioneira que exige que pelo menos 30% dos recursos federais do PNAE devem ser direcionados para comprar alimentos provenientes de agricultores familiares, com planos de elevar o mínimo nacional para 45%, bem como a ênfase na inclusão e relevância cultural das mulheres agricultoras. Para o Brasil, a cooperação internacional será fundamental para garantir que todas as 724 milhões de crianças em idade escolar recebam refeições nutritivas até 2030.

### **França – Thani Mohamed-Soilihi, Ministro Delegado para a Francofonia e Parcerias Internacionais**

A França enfatizou a alimentação escolar como ferramenta para a equidade e a transição ecológica, citando EUR 140 milhões da França investidos desde 2021, USD 30 bilhões mobilizados na Cúpula Nutrição para o Crescimento e seu apoio à Ucrânia, fornecendo refeições para 150 mil estudantes durante a guerra. O Ministro elogiou o papel da Coalizão em alcançar dezenas de milhões de crianças e pediu sistemas de dados mais fortes e ações urgentes para garantir que todas as crianças recebam uma refeição escolar saudável.

### **Finlândia – Ville Tavio, Ministro do Comércio Exterior e Desenvolvimento**

A Finlândia ressaltou sua tradição centenária de alimentação escolar gratuita e seu impacto transformador na igualdade, no crescimento econômico e no capital humano. O Ministro reafirmou o compromisso da copresidência da Finlândia com programas liderados por países, enfatizando que os governos devem permanecer proprietários de seus sistemas. Ele incentivou parcerias mais profundas, inclusive com o setor privado, para expandir a eficiência e a inovação, além de realizar um apelo por progresso em financiamento sustentável, ferramentas de monitoramento e equidade.

### **Programa Mundial de Alimentos – Diretora Executiva Cindy McCain**

Cindy McCain descreveu a alimentação escolar como uma das ferramentas mais poderosas para mudar vidas, especialmente para as meninas. Ela pediu aos governos que ampliem a liderança e a solidariedade em meio às crises globais de fome, enfatizando que as ações de hoje podem transformar o amanhã.

### **Brasil – Renata Silveira Carvalho, Tribunal de Contas da União (TCU)**

Renata Silveira Carvalho destacou o papel do TCU na fiscalização e governança, vinculando a alimentação escolar aos compromissos nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a liderança do Brasil na Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI). Ela reafirmou o compromisso do TCU com o compartilhamento global de conhecimento e uma responsabilidade mais forte.

### **Brasil – Evandro Leitão, Prefeito de Fortaleza**

O prefeito apresentou a reforma de Fortaleza, lançada em 2025, que passou a fornecer refeições diárias ricas em proteínas e com integração da cultura alimentar local para 270 mil crianças. Ele enfatizou os vínculos com a agricultura familiar e os esforços municipais mais amplos contra a fome, enquadrando a alimentação escolar como base da justiça social e coesão comunitária.

### **Brasil – Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento Social**

O Ministro Dias destacou a remoção de 29 milhões de pessoas da fome pelo Brasil e posicionou o Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro como central para essa conquista, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento rural. Ele pediu cooperação internacional para ampliar o acesso à alimentação escolar nutritiva.

### **Brasil – Camilo Santana, Ministro da Educação**

O Ministro Santana comemorou a presença de 80 delegações e o legado de 70 anos do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Brasil como um programa universal e gratuito que entrega 10 bilhões de refeições anualmente. Ele reafirmou o compromisso do Brasil como copresidente da Coalizão, pedindo uma cooperação mais profunda, melhores padrões nutricionais e mais investimentos.

### **Brasil – Elmano de Freitas, Governador do Ceará**

O Governador Freitas delineou o foco duplo do Ceará na segurança alimentar para as famílias — incluindo o programa Ceará Sem Fome, que serve 130 mil refeições diárias — e o desenvolvimento rural através de compras diretas de pequenos agricultores. O Ceará aprovou uma nova lei que proíbe alimentos ultraprocessados de todas as escolas até 2027, posicionando o estado como pioneiro nacional em saúde e nutrição infantil.

### **Brasil — Vice-Presidente Geraldo Alckmin**

O Vice-Presidente Alckmin afirmou que nenhuma política pública é mais importante do que as que apoiam o desenvolvimento infantil. Ele elogiou o progresso do Brasil em tirar quase 30 milhões de pessoas da fome e reafirmou que priorizar a educação e a nutrição é uma escolha estratégica para o futuro.

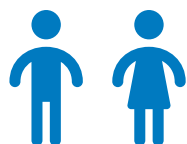
## 2. Progresso Global: Estado da Alimentação Escolar 2024 e Compromissos Nacionais

A primeira sessão destacou o progresso coletivo alcançado desde o lançamento da Coalizão para Alimentação Escolar e comemorou a divulgação do relatório Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024. A alimentação escolar expandiu rapidamente em todas as regiões, impulsionada por uma forte liderança política, aumento do investimento interno e um compromisso compartilhado de colocá-la no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os países apresentaram uma ampla gama de realizações: novas leis, estratégias nacionais, mecanismos de financiamento interno, sistemas de monitoramento digital, expansões de cobertura e vínculos mais fortes com a agricultura familiar e nutrição, refletindo a Prioridade 2: Transformar os compromissos em ação em nível de país e Prioridade 4: Medir resultados e relatar o progresso. Juntas, suas intervenções ofereceram uma forte afirmação de que a alimentação escolar é hoje reconhecida globalmente como uma política pública fundamental para a equidade, educação, nutrição e resiliência.

### Panorama Global – Estado da Alimentação Escolar no Mundo

O Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024, uma publicação emblemática do Programa Mundial de Alimentos produzida por meio da Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão, mostra que os programas de alimentação escolar agora alcançam 466 milhões de crianças—um aumento de quase 80 milhões desde 2020. Os últimos dois anos viram o crescimento mais rápido em países de baixa renda, com um aumento de 60%. Na África, quase 20 milhões de alunos adicionais estão agora cobertos, principalmente através de financiamento doméstico. O investimento global cresceu para US\$84 bilhões—cerca de USD 36 bilhões a mais do que em 2022—com 99% provenientes dos orçamentos nacionais, mostrando forte propriedade dos governos. O relatório também destaca o Banco de Dados de Alimentação Escolar Global, lançado e desenvolvido pela Iniciativa de Dados e Monitoramento no início de 2025, que fornece a primeira plataforma unificada com dados abrangentes sobre programas de refeições escolares de mais de 170 países.



Pelo menos

# 466

## MILHÕES DE CRIANÇAS

recebendo alimentação  
escolar globalmente



Investimento global agora

# US\$84

## BILHÕES

anuais



Pelo menos

# 107

## PAÍSES

agora possuem política  
de alimentação escolar

## **Burundi**

O Burundi reafirmou sua determinação em expandir a alimentação escolar como uma prioridade nacional emblemática: pretendem aumentar a cobertura de 24% para 50% até 2027 e alcançar o acesso universal até 2032. Os planos incluem a atualização do Programa Nacional, o fortalecimento dos padrões nutricionais e a integração da fortificação de alimentos em colaboração com o Ministério da Saúde. O governo destacou a coordenação interministerial e as compras locais como fundamentais para a sustentabilidade.

## **Camarões**

Camarões destacou grandes avanços na institucionalização da alimentação escolar como política pública nacional. O país validou recentemente sua Estratégia Nacional de Alimentação Escolar e Estratégia Nacional de Financiamento Sustentável, marcando uma clara mudança de projetos apoiados externamente para um programa liderado pelo governo. Pela primeira vez, a alimentação escolar foi incluída no quadro orçamentário nacional e as dotações domésticas serão progressivamente ampliadas. Camarões anunciou planos para missões de capacitação em todas as regiões para fortalecer a implementação local, reforçar os sistemas de monitoramento e garantir que o programa se torne um componente sustentável do setor educacional.

## **República Centro-Africana**

O programa passará de 174 mil para 230 mil beneficiários em 2025. O governo está estabelecendo uma Diretoria Nacional de Alimentação Escolar para coordenar políticas, garantir a prestação de contas do programa e promover a integração da alimentação escolar nas reformas mais amplas do setor educacional. Em um contexto de vulnerabilidade generalizada, o país está vinculando a alimentação escolar à agricultura local e à participação da comunidade para fortalecer a resiliência.

## **Chile**

O Chile reafirmou seu compromisso com a melhoria da qualidade nutricional, alcance e coordenação intersetorial de seu Programa Nacional de Alimentação Escolar. O Governo está se concentrando no fortalecimento da cooperação entre os ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Saúde para garantir políticas coerentes e serviços de alta qualidade. O Chile manifestou interesse em um envolvimento mais profundo com a Coalizão para compartilhar sua experiência nacional e acessar o conhecimento global sobre a melhoria da nutrição infantil e dos ambientes de alimentação escolar.

## **Cuba**

Cuba está fortalecendo seu Programa Nacional de Alimentação Escolar por meio de melhorias na qualidade nutricional, fortificação de alimentos e produção local. As reformas visam as cadeias de suprimentos e o desenvolvimento agrícola, com forte ênfase no alinhamento da alimentação escolar com as políticas nacionais de nutrição e alavancando a cooperação internacional.

## **Haiti**

O Haiti destacou como a alimentação escolar atua como uma força estabilizadora em meio à insegurança e às dificuldades econômicas. O governo está priorizando a continuidade dos serviços por meio da coordenação com atores humanitários e comunidades locais para proteger a aprendizagem e a nutrição infantil nas regiões mais frágeis.

## **Indonésia**

A Indonésia está ampliando os programas integrados de nutrição escolar para combater a baixa estatura por idade (stunting) e a má-nutrição. As ações se concentram em harmonizar esforços entre ministérios — incluindo educação, saúde, proteção social e agricultura — e posicionar a alimentação escolar como um investimento estratégico em capital humano que fortalecerá a competitividade do país.

## **República do Quirguistão**

A República do Quirguistão continua atualizando seu programa nacional de refeições quentes, melhorando a infraestrutura das cozinhas, os padrões do cardápio e os sistemas de aquisição para garantir que as refeições sejam saudáveis, culturalmente apropriadas e econômicas. O governo reiterou o compromisso de ampliar o acesso e melhorar a qualidade, especialmente nas escolas remotas e rurais.

## **Libéria**

A Libéria enfatizou a alimentação escolar como vital para a recuperação da educação e resiliência. Os planos incluem o fortalecimento das estruturas de governança, o aumento da propriedade nacional e a expansão da cobertura em áreas carentes. A alimentação escolar com compras locais é vista como fundamental para revitalizar a agricultura local e estimular os meios de subsistência rurais.

## **República Democrática Popular do Laos**

A República Democrática Popular do Laos relatou progresso na extensão da cobertura da alimentação escolar para comunidades remotas com alta vulnerabilidade por meio de forte participação comunitária, hortas escolares e compras locais. O governo reafirmou a alimentação escolar como central para melhorar a frequência, reduzir a evasão e promover o acesso equitativo à educação.

## **Luxemburgo**

Luxemburgo reiterou seu forte apoio à alimentação escolar como pilar fundamental de sua estratégia de cooperação internacional e seu compromisso com financiamento previsível, multilateralismo e formulação de políticas baseadas em evidências, enquadrando a alimentação escolar como um investimento de alto retorno para a aprendizagem, igualdade de gênero e inclusão social. Luxemburgo enfatizou a importância de alinhar o apoio dos doadores com as prioridades de longo prazo dos governos.

## **Mali**

O Mali posicionou a alimentação escolar como uma ferramenta para a paz, coesão e desenvolvimento de capital humano a longo prazo em meio à insegurança alimentar, choques climáticos e instabilidade regional. O governo está integrando a alimentação escolar às estratégias nacionais de educação e proteção social, melhorando a coordenação intersetorial e fortalecendo os sistemas de entrega em áreas afetadas por crises.

## **Mauritânia**

A Mauritânia destacou os esforços para integrar a alimentação escolar nas políticas nacionais de proteção social e educação. O governo está ampliando o acesso em áreas rurais e vulneráveis, fortalecendo a coordenação com as comunidades locais e melhorando a qualidade do programa. A alimentação escolar é reconhecida como uma ferramenta fundamental para melhorar a frequência escolar e apoiar a segurança alimentar das famílias.

## **Filipinas**

As Filipinas relataram a expansão contínua de seu programa nacional de alimentação escolar, com foco em intervenções sensíveis à nutrição. O governo está investindo em melhores sistemas de monitoramento, diversificação de cardápios e coordenação intersetorial para enfrentar os desafios de aprendizagem e nutrição.

## **República do Congo**

A República do Congo está expandindo a cobertura da alimentação escolar e melhorando sua qualidade por meio de investimentos em cozinhas escolares, sistemas de compras e vínculos mais fortes com os agricultores locais. Esses esforços posicionam a alimentação escolar como propulsora de matrículas, retenção e engajamento da comunidade, reforçando seu papel na educação e no desenvolvimento social.

## **República da Coreia**

A República da Coreia está promovendo refeições escolares inteligentes em relação ao clima e sensíveis à nutrição, aumentando a participação de produtos agrícolas locais, reduzindo alimentos ultraprocessados e cortando as emissões de carbono das operações. O governo está ampliando uma plataforma de integração de serviços públicos de alimentação para conectar fornecedores e escolas, promovendo eficiência e transparência. A Coreia também planeja estabelecer um órgão consultivo público-privado-acadêmico, compartilhar as melhores práticas internacionalmente e alavancar a APD e a Cooperação Sul-Sul para adaptar seu modelo às necessidades dos países parceiros.

## **Eslovênia**

A Eslovênia está fortalecendo seu sistema nacional de alimentação escolar, fornecendo três refeições diárias no jardim de infância e nas escolas primárias, além de uma quarta refeição gratuita em 90% das escolas, com uma meta de quatro refeições gratuitas para todas as crianças até 2027. O país prioriza o abastecimento local, alimentos orgânicos e redução do desperdício de alimentos em 50% até 2030. Internacionalmente, a Eslovênia aumentou treze vezes as contribuições para a segurança alimentar, apoiando o WFP como seu principal parceiro, assim como iniciativas como Grãos da Ucrânia para a África Subsaariana, programas em Gaza e projetos no Quênia e Madagascar.

## **Tanzânia**

A Tanzânia está ampliando a alimentação escolar por meio da integração à Política Nacional de Alimentação e Nutrição até 2026, aumento das alocações orçamentárias e maior envolvimento da comunidade, com a expectativa de que a cobertura aumente de 56% para 61% até 2025. O Governo está adotando diretrizes regionais, estabelecendo um grupo de trabalho técnico nacional e organizando uma conferência anual de alimentação escolar. O programa está ampliando os componentes de compras locais para apoiar os pequenos agricultores e melhorar a qualidade da alimentação escolar.

## **Iêmen**

O Iêmen enfatizou o papel vital da alimentação escolar em um contexto de conflito e crise econômica, observando os esforços para manter a oferta de refeições escolares, apesar dos grandes desafios operacionais. O governo reafirmou seu compromisso de sustentar e expandir o programa para proteger a aprendizagem e o bem-estar das crianças.

## Reflexões Finais – França

A França concluiu reconhecendo o forte impulso político e a mudança para o financiamento doméstico e propriedade nacional como impulsionadores da expansão global. Encorajou os governos a alavancar a Coalizão como uma plataforma de aprendizado, cooperação e inovação e reafirmou o compromisso da França de trabalhar em estreita colaboração com todos os parceiros para avançar em direção ao objetivo compartilhado de acesso universal a refeições escolares saudáveis e nutritivas.



*Da esquerda para a direita:* **Sr. Raymond Tinashe Chikomba**, Especialista Sênior em Nutrição, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral; **S. E. Dr. João Crisóstomo Muyingo**, Ministro de Estado do Ensino Superior, Uganda; **S. E. Melita Gabrič**, Vice-Ministra de Assuntos Estrangeiros e Europeus e Ministra do Desenvolvimento, Eslovênia; **Dra. Daravone Kittiphanh**, Vice-Ministra, Ministério da Educação e Esportes, Laos; **Sr. Mohammed Omar Salem Basleem**, Chefe do Escritório Técnico, Ministério da Educação, Iêmen; **S. E. Sr. Oscar Requena**, Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Belize; **S. E. Sr. Thani Mohamed-Soilihi**, Ministro Delegado para a Francofonia e Parcerias Internacionais, França; **S. E. Sr. Queba Djaita**, Ministro da Educação, Ensino Superior e Pesquisa Científica, Guiné-Bissau; **S. E. Dra. Agnes Naa Momo Lartey**, Ministra de Gênero e Proteção Social, Gana; **Sr. Mirbek Rakhmatildeev**, Especialista Líder no Departamento de Educação Escolar, Ministério da Educação, República do Quirguistão; **Sra. Cindy McCain**, Diretora Executiva, Programa Mundial de Alimentos; **Sr. Sarwono**, Brigadeiro-General (reserva), Secretário-Chefe, Agência Nacional de Nutrição, Indonésia; **Sr. Kyu-An Kim**, Vice-Diretor do Ministério da Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais, República da Coreia; **Sra. Karine Silva dos Santos**, Coordenadora Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, Ministério da Educação, Brasil

### 3. Uso de evidências para fortalecer a tomada de decisão

Esta sessão, coorganizada com o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar, destacou como os países estão usando cada vez mais evidências, sistemas de dados, parcerias de pesquisa e análise de custo-benefício para fortalecer a concepção, direcionamento e a sustentabilidade financeira de seus programas de alimentação escolar. Os palestrantes demonstraram que a rápida expansão da alimentação escolar em todo o mundo está intimamente ligada à capacidade dos governos de coletar dados de alta qualidade, gerar evidências rigorosas e usar ferramentas analíticas para informar as decisões políticas. As intervenções ilustraram como as evidências estão ajudando os governos a melhorar a eficiência, aprimorar os padrões nutricionais, fortalecer os modelos de aquisição e defender o investimento doméstico sustentado, alinhando-se com a Prioridade 3: Fortalecer as evidências para uma melhor tomada de decisões e programas custo-efetivos e Prioridade 4: Medir resultados e relatar o progresso.

#### **Evidências Globais – Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar**

O Consórcio de pesquisa apresentou seu [Resumo de Evidências Globais](#), destacando o motivo pelo qual as refeições escolares continuam a ser ampliadas apesar das restrições fiscais: elas proporcionam fortes retornos sobre o capital humano, moldam sistemas alimentares mais saudáveis e oferecem relações de custo-benefício consistentemente positivas. O crescimento global sem precedentes no número de crianças alcançadas com a alimentação escolar é impulsionado pelo fato de que 99% do financiamento agora vem de governos nacionais, mostrando que os países veem a alimentação escolar como um investimento público essencial e não como um programa de assistência. A rede global do Consórcio, com mais de 1.400 especialistas em 130 países, continua a gerar e consolidar as evidências científicas nas quais os governos confiam para tomar decisões informadas.

#### **União Africana**

A União Africana informou que 87 milhões de crianças africanas agora se beneficiam de programas nacionais de alimentação escolar, em comparação aos 38,4 milhões em 2013 — um aumento notável impulsionado pelo financiamento interno e compromisso político. A alimentação escolar é fundamental para os esforços da África para melhorar os resultados educacionais, a igualdade de gênero, o bem-estar nutricional e a resiliência em comunidades vulneráveis. A União Africana pediu uma colaboração mais forte entre governos, academia e o Consórcio de Pesquisa para garantir que as políticas de alimentação escolar sejam fundamentadas em evidências confiáveis que impulsionem o progresso na educação, saúde e desenvolvimento agrícola local.

#### **Bangladesh**

Bangladesh está consolidando iniciativas fragmentadas lideradas por diferentes ministérios e parceiros em um único programa nacional administrado pelo governo, atualmente alcançando 3,1 milhões de crianças com lanches fortificados e visando 7 milhões de crianças em cinco anos, cobrindo todas as escolas primárias. Aquisição, armazenamento, transporte, gerenciamento de resíduos e envolvimento da comunidade são desafios persistentes que são amplificados pela escala do programa e pela dependência de sistemas totalmente administrados pelo governo. Evidências de avaliações anteriores continuam a orientar decisões de direcionamento, melhorias operacionais e planejamento futuro.

## **Brasil**

O Brasil apresentou um sistema de alimentação escolar baseado em dados que investe cerca de US\$1 bilhão por ano, monitorado por meio de uma rede envolvendo autoridades federais, estaduais e municipais. As inovações incluem um sistema de Nota Fiscal Eletrônica vinculado ao Banco do Brasil para acompanhamento em tempo real das compras e cumprimento da exigência de que pelo menos 30% dos recursos sejam usados para comprar de agricultores familiares. O Brasil está reduzindo o limite dos alimentos ultraprocessados nas escolas de 20% para 10% dos gastos até 2026 e alavancando parcerias de pesquisa sobre mudanças climáticas e sistemas alimentares sustentáveis.

## **Gana**

Gana passou de fornecer refeições para 109 crianças em 10 escolas em 2005 para mais de 4,2 milhões de crianças em mais de 12 mil escolas, totalmente financiadas pelo governo. As principais reformas incluem a digitalização dos processos de aquisição, o aprimoramento do controle de qualidade e a integração das políticas de educação infantil. Gana visa a cobertura universal até 2030 e continua a refinar as políticas por meio de monitoramento e compartilhamento de experiências.

## **Japão**

O Japão compartilhou sua abordagem estruturada e baseada em evidências, ancorada em legislação, padrões obrigatórios de nutrição e higiene e coleta anual de dados. O país promove a educação alimentar e nutricional (Shokuiku) através de 7 mil professores de nutrição licenciados que gerenciam o planejamento de refeições e ensinam as crianças sobre dietas equilibradas, ingestão calórica e cultura alimentar. O Japão destacou várias iniciativas de cooperação internacional na Malásia, Mongólia, Indonésia e África, onde compartilha sua experiência técnica em padrões de segurança, design de menus e educação nutricional. O país enfatizou a importância do uso de alimentos produzidos localmente para apoiar os agricultores, fortalecer a autossuficiência alimentar, preservar o patrimônio cultural e construir sistemas alimentares sustentáveis.

## **Moçambique**

Moçambique apresentou evidências de uma análise de custo-benefício de 2024 mostrando que cada USD 1 investido em alimentação escolar gera USD 4 em retornos em seu Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE). O estudo relacionou a alimentação escolar a uma redução de 4% na evasão escolar, quase um ano adicional de escolaridade e reduções significativas na anemia e desnutrição crônica. O programa também impulsionou a renda dos agricultores familiares e proporcionou às famílias transferências financeiras indiretas equivalentes a 13% das despesas anuais. Esses achados fortaleceram o compromisso político de ampliar e institucionalizar o PRONAE como uma política totalmente nacional. Moçambique agora avança na descentralização, melhorando o monitoramento de aquisições e explorando financiamentos inovadores e parcerias do setor privado para apoiar a sustentabilidade a longo prazo.

## **África do Sul**

A África do Sul apresentou a evolução de seu Programa Nacional de Nutrição Escolar, que agora oferece refeições para mais de 10 milhões de alunos diariamente em escolas primárias e secundárias. O programa está enraizado em compromissos constitucionais com a equidade e o acesso à educação, apoiados pela colaboração entre os ministérios da educação, saúde, agricultura e desenvolvimento social. A África do Sul também destacou a expansão para duas refeições diárias em muitas escolas, incluindo programas de café da manhã. Com a integração do desenvolvimento da primeira infância ao setor educacional, mais cinco milhões de crianças de 0 a 4 anos passam a fazer parte das estratégias nacionais de nutrição.

## Suécia

A Suécia compartilhou sua longa história de alimentação escolar universal e gratuita, traçando origens até 1842 e a ancoragem legal do direito à alimentação escolar na Lei da Educação. Uma pesquisa da Universidade de Estocolmo demonstra que a alimentação escolar aumenta significativamente a renda vitalícia, os anos de escolaridade e os indicadores de saúde, como a altura, ao mesmo tempo em que reduz as desigualdades socioeconômicas. Estudos de custo-benefício mostram retornos de 7:1 para as crianças mais pobres e de 4:1 para a criança mediana. A Suécia reconheceu os desafios de vincular as refeições à agricultura sustentável, à educação alimentar e à produção local, mas destacou o forte apoio da sociedade ao programa. Também enfatizou seu papel na cooperação internacional, incluindo projetos na Guatemala, como parte dos esforços para compartilhar lições e fortalecer os sistemas globais de alimentação escolar.

## Programa Mundial de Alimentos

Para encerrar, o Programa Mundial de Alimentos destacou a importância da formulação de políticas baseadas em evidências. Pediu uma troca global contínua de lições sobre o que funciona e o que não funciona e incentivou os países a alavancar evidências, pesquisas e plataformas de Coalizão para construir programas sustentáveis e de alta qualidade que transformem a vida das crianças.



*Da esquerda para a direita:* **Prof. Donald Bundy**, Professor de Epidemiologia e Desenvolvimento da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres e Diretor do Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar; **Sra. Arlinda da Conceição André de Barros Sumana Chausse**, Diretora Nacional de Saúde Escolar e Questões Transversais, Ministério da Educação e Cultura, Moçambique; **Sr. Saidou Madougou**, Diretor da Comissão de Educação e Ciência, União Africana; **Sra. Cindy McCain**, Diretora Executiva, Programa Mundial de Alimentos; **S. E. Dra. Agnes Naa Momo Lartey**, Ministra de Gênero e Proteção Social, Gana; **S. E. Prof. Bidhan Ranjan Roy Podder**, Conselheiro, Ministério da Educação Primária e de Massa, Bangladesh.

## 4. Estratégias de Financiamento Sustentável

Esta sessão, co-organizada pela Iniciativa de Financiamento Sustentável, explorou como os países estão garantindo financiamento previsível e de longo prazo para a alimentação escolar e como instrumentos inovadores, parcerias e reformas institucionais podem desbloquear os recursos necessários para expandir e sustentar os programas nacionais. Em todas as intervenções, os palestrantes destacaram que o financiamento é fundamentalmente uma questão de priorização política, reforçando a Prioridade 1: Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal globalmente e expandir o acesso ao financiamento sustentável, ao mesmo tempo em que apoia a Prioridade 2: Transformar os compromissos em ação em nível de país. Os benefícios da alimentação escolar em vários setores justificam sua inclusão como investimento público central. Ao mesmo tempo, os países enfatizaram que a ampliação requer modelos de financiamento diversificados, legislação forte, sistemas transparentes e coordenação entre os setores.

A sessão também apresentou o trabalho da Iniciativa de Financiamento Sustentável (SFI) para Saúde e Nutrição Escolar, que apoia os governos por meio de análise do espaço fiscal, estudos de custeio e orientação técnica sobre a mobilização de recursos internos e externos. O SFI produziu ferramentas e pesquisas sobre impostos vinculados, trocas de dívida, financiamento climático, receitas provenientes de recursos naturais e mecanismos combinados, oferecendo aos governos um leque de opções de financiamento apropriadas ao contexto. Esses esforços contribuem e se alinham com iniciativas globais, como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que visa ajudar os governos a alcançar mais 150 milhões de crianças com alimentação escolar.

### **Enquadramento Global – Desafios e Oportunidades de Financiamento Sustentável**

A Subsecretária-geral e Assessora Especial para a África, Sra. Cristina Duarte, ressaltou a necessidade urgente de garantir financiamento confiável e sustentável para programas de alimentação escolar em todo o mundo. Embora a discussão tenha destacado a relevância global, a situação da África ilustra a escala do desafio: severas restrições fiscais devido aos altos custos do serviço da dívida, espaço fiscal limitado e ineficiências nos gastos públicos. Em muitos países, grandes porções de setores essenciais, como educação e saúde, são financiados por meio de assistência externa, enquanto o pagamento da dívida absorve recursos nacionais significativos. Esse paradoxo reduz a capacidade dos governos de investir consistentemente em programas de capital humano, incluindo a alimentação escolar.

Apesar desses desafios, a sessão destacou um roteiro claro para o progresso. Fortes sistemas de mobilização de recursos domésticos, melhor gestão de despesas, incluindo uma redução de desvios de recursos e planejamento de longo prazo focado na transformação, em vez de transações, podem ajudar os governos a internalizar gradualmente o custo total das refeições escolares. A alimentação escolar com compras locais (HSGF) foi enfatizada como uma ferramenta macroeconômica que estimula os mercados locais, fortalece o contrato social e aumenta a legitimidade do estado. Alocações destinadas à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para alimentação escolar; trocas de dívida direcionadas desenvolvidas a partir de uma perspectiva transformativa e não transacional; maior transparência; uma abordagem governamental integral; investimentos em sistemas digitais e padrões de aquisição – todos esses são facilitadores críticos para expandir o espaço fiscal e garantir que a alimentação escolar se torne uma prioridade estável e financiada nacionalmente. Duarte também destacou como os programas de alimentação escolar podem ajudar a construir confiança e legitimidade do Estado em certos países.

## Experiências de países

### **Angola**

Angola está preparando um dos mais ambiciosos programas nacionais de alimentação escolar da sua região da África, visando alcançar mais de 5 milhões de crianças. O programa é projetado para lidar com altas taxas de abandono escolar, má-nutrição e pobreza doméstica, com um forte foco em compras locais. Após analisar modelos internacionais e conduzir análises de custos nacionais, Angola adotou um plano de financiamento de USD 435 milhões com apoio do Ministério das Finanças e do Ministério da Agricultura, totalmente financiado através de recursos internos desde o lançamento. O programa começará a ser implementado em 2025 e será ampliado progressivamente, priorizando crianças de 3 a 12 anos.

A agricultura local, e particularmente a agricultura familiar, é central para o modelo de Angola. A aquisição de cooperativas, incluindo aquelas formadas por mulheres e ex-militares, aumentará a capacidade de produção, estabilizará as cadeias de suprimentos e reduzirá os custos ao longo do tempo. A implementação descentralizada por meio dos municípios e do orçamento descentralizado fortalece a apropriação e conecta a alimentação escolar com o desenvolvimento local. O governo enfatizou a necessidade de educação nutricional e capacitação de cozinheiros e nutricionistas como componentes críticos para garantir qualidade e sustentabilidade.

### **Benim**

O Benim apresentou um programa nacional maduro e multissetorial criado em 2017 e que agora alcança a maioria das crianças em idade escolar. O programa está fortemente ancorado no financiamento interno, na abordagem multissetorial, no compromisso político e no envolvimento da comunidade. Mais de 80% dos alimentos utilizados na alimentação escolar são adquiridos localmente, impulsionando a produção agrícola e estimulando as economias rurais. Desde a sua criação, o governo investiu mais de USD 100 milhões no programa, com alocações anuais aumentando de forma constante. Atualmente, 1,4 milhão de alunos recebem refeições, representando uma cobertura de 75 a 80%. Recentemente, o WFP transferiu competências ao governo para a implementação do programa.

A vontade política tem sido essencial para mobilizar parceiros como o Banco Islâmico, os Países Baixos e a CEDEAO. O Benim está implementando mecanismos de financiamento inovadores, incluindo títulos dos ODS e contribuições fortalecidas das autoridades locais. Um projeto de lei nacional para institucionalizar o programa de alimentação escolar está em análise, com o objetivo de garantir compromissos orçamentários de longo prazo e aumentar a confiança dos parceiros. Ao alinhar recursos domésticos, compras locais e forte governança, o Benim está se posicionando para alcançar cobertura nacional total nos próximos anos.

### **São Tomé e Príncipe**

Em 2016, São Tomé and Príncipe nacionalizou o programa por completo, transformando-o em um sistema universal que abrange todas as crianças da pré-escola à nona série. O programa representa o maior investimento social do país, alcançando cerca de um quarto da população. Para garantir a sustentabilidade, o governo introduziu medidas fiscais inovadoras em 2023, incluindo impostos sobre álcool, tabaco, cimento e outros bens. Essas medidas complementam alocações orçamentárias diretas e modestas contribuições voluntárias de famílias em melhor situação.

O programa contribui para o emprego, a produção local e a nutrição. Cozinheiros, jardineiros e gerentes de lanchonetes são empregados pelo Estado, enquanto novas iniciativas de produção de aves, suínos e distribuição de sementes apoiam a diversificação alimentar e a agricultura local.

Mecanismos de troca de dívidas com credores bilaterais e parcerias internacionais em andamento reforçam a resiliência de longo prazo do programa. Os principais desafios incluem a reabilitação de infraestruturas envelhecidas em cozinhas e redução da dependência de lenha, mas o modelo de financiamento abrangente de São Tomé e Príncipe fornece uma base sólida para a expansão. Em particular, eles visam expandir para o ensino médio.

## **Senegal**

O Senegal expandiu significativamente seu orçamento de alimentação escolar no ano passado, quadruplicando o investimento e ampliando a cobertura em todo o país, chegando agora a 22%. O governo está finalizando um novo plano estratégico para 2025-2030 que incluirá legislação para formalizar a oferta de alimentação escolar como compromisso nacional permanente. O programa está cada vez mais alinhado com as políticas agrícolas e de desenvolvimento local para fortalecer o componente de compras locais e é visto como uma alavanca para a soberania alimentar, o empoderamento econômico das mulheres e a revitalização das culturas tradicionais e diversificação de alimentos, bem como uma ferramenta transversal para nutrição, educação, desenvolvimento econômico e resiliência climática.

O Senegal também está implementando um mecanismo de co-financiamento misto de USD 40 milhões, combinando empréstimos concessionais e subsídios por meio de parcerias com bancos multilaterais de desenvolvimento e WFP. O governo enfatizou a necessidade de previsibilidade de longo prazo, harmonização do sistema entre os parceiros e uma abordagem integrada e multisetorial.

## **Instituições Financeiras Internacionais e Parceiros**

### **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

O Banco Interamericano de Desenvolvimento está empenhado em apoiar programas liderados por países através de uma combinação de instrumentos de financiamento inovadores e conhecimentos técnicos. A instituição mobilizou até USD 25 bilhões no âmbito da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza para ampliar a capacidade de empréstimos para investimentos do setor social, incluindo alimentação escolar. Até o final de 2025, o BID espera aprovar USD 4,1 bilhões em projetos alinhados à Aliança.

O banco enfatizou que a prioridade não é apenas mais financiamento, mas um uso mais inteligente e eficaz dos recursos existentes e que os compromissos financeiros devem ser combinados com gastos eficientes e transparentes e um foco em maior equidade para alcançar os mais vulneráveis. Muitos países da região enfrentam espaço fiscal limitado, endividamento crescente e disparidades na cobertura que deixam as crianças rurais e vulneráveis para trás. O BID está apoiando reformas em aquisições, sistemas de monitoramento e coordenação entre ministérios, bem como pacotes de financiamento com múltiplos parceiros que combinam fundos do banco, doadores e iniciativas globais de educação.

### **Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)**

O FIDA destacou como seu trabalho, embora não focado no financiamento direto da alimentação escolar, fortalece o ambiente propício para modelos com compras locais. Com 60% de seu portfólio global atual incluindo componentes sensíveis à nutrição, o FIDA apoia a produção agrícola diversificada, a melhoria da qualidade da dieta e a capacidade dos agricultores. Esses esforços melhoram a disponibilidade local de alimentos e conectam pequenos produtores às cadeias de suprimento de refeições escolares.

A organização se concentra no apoio a políticas em nível local, na construção de conhecimento e na inovação. Ao promover uma produção diversificada, práticas ecológicas e agregação de valor, o FIDA ajuda a garantir que as escolas possam obter alimentos nutritivos e cultivados localmente. Os desafios permanecem na rigidez das compras, na logística e nas preferências alimentares, mas a organização contribui para melhorias sistêmicas que tornam as refeições escolares mais acessíveis, resilientes e sustentáveis.

## Insights Adicionais

### Organização de Desenvolvimento dos Países Baixos (Stichting Nederlandse Vrijwilligers - SNV)

A SNV destacou a importância de garantir não apenas mais fundos, mas a forma correta de financiamento em toda a continuidade do investimento. A organização trabalha com instrumentos financeiros combinados para mobilizar investimentos de média escala para iniciativas climáticas e agrícolas, combinando com programação baseada em subsídios para pequenas e médias empresas. Exemplos incluem parcerias nutricionais na África Oriental e inovações no mercado agrícola na Ásia. A SNV enfatizou que a aquisição de alimentos para escolas pode atuar como um mecanismo de modelagem de mercado: ao colocar as escolas no centro dos mercados locais, os governos podem reduzir o risco dos investidores, oferecer demanda previsível e reduzir os custos de financiamento. Essa abordagem ajuda a preencher a lacuna entre o financiamento de subsídios e o investimento comercial, catalisando capital sustentável para sistemas alimentares ligados à alimentação escolar.

### Guatemala

A Guatemala tem uma forte base legislativa para seu Programa Nacional de Alimentação Escolar, estabelecido em 2017 e ancorado em vários ministérios. O Ministério da Educação lidera a implementação, enquanto o Ministério da Agricultura desempenha um papel central na vinculação da produção local com a demanda de alimentação escolar. Atualmente, a Guatemala investe aproximadamente USD 160 milhões por ano e espera mais que dobrar esse valor para USD 400 milhões nos próximos anos. O marco legal do programa tem sido fundamental para fortalecer a coordenação, garantir o financiamento interno e garantir a continuidade além dos ciclos políticos.

## Reflexões Finais

A sessão foi concluída reafirmando que o financiamento sustentável para a alimentação escolar requer compromisso político de longo prazo, planejamento integrado de políticas e ação coordenada entre o governo e os parceiros. Os países demonstraram que o financiamento interno continua sendo a espinha dorsal de programas sustentáveis, enquanto instrumentos inovadores — como impostos destinados, trocas de dívida, financiamento misto e compras locais fortalecidas — podem expandir significativamente o espaço fiscal. Os parceiros de desenvolvimento enfatizaram que a alimentação escolar deve ser reconhecida como um investimento estratégico que gera retornos em educação, nutrição, proteção social, agricultura e adaptação climática. Os participantes concordaram com um chamado à ação compartilhado: priorizar a alimentação escolar dentro dos orçamentos nacionais, alinhar o apoio externo às estratégias governamentais e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma refeição nutritiva na escola.



**Sra. Cristina Duarte**, Subsecretária-Geral e Assessora Especial para a África do Secretário-Geral das Nações Unidas



**Dra. Liesbet Steer**, Presidente do Comitê Diretivo e Assessora Sênior, Iniciativa de Financiamento Sustentável

## 5. Preparando-se para o futuro: Alimentação Escolar e Sistemas Alimentares Sustentáveis

Esta sessão explorou como os países estão alavancando os programas de alimentação escolar como poderosos pontos de entrada para transformar os sistemas alimentares e avançar nas metas climáticas e ambientais no caminho para a COP 30 - 30a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Os palestrantes destacaram que a forma como os alimentos são cultivados, processados e consumidos não é mais sustentável para as pessoas ou para o planeta: muitas crianças ainda passam fome ou comem mal, a produção de alimentos muitas vezes prejudica os ecossistemas e as mudanças climáticas estão dificultando a garantia de dietas nutritivas, especialmente em comunidades vulneráveis. Nesse contexto, a alimentação escolar surgiu como um instrumento estratégico para impulsionar a mudança em escala — melhorando a nutrição e o aprendizado das crianças, apoiando os agricultores locais, promovendo a resiliência às mudanças climáticas e reduzindo os impactos ambientais.

Os participantes destacaram que as refeições escolares, como políticas públicas amplamente financiadas e geridas pelos governos, representam a maior parcela das compras públicas de alimentos. Isso dá aos governos uma alavancagem significativa para remodelar os sistemas alimentares, alinhando menus, regras de aquisição e práticas culinárias com objetivos nutricionais, ambientais e econômicos. A sessão mostrou como os países estão usando a aquisição pública de alimentos para a alimentação escolar para estimular os mercados locais, reduzir a dependência das importações, promover a agricultura sustentável e soluções pioneiras de energia mais limpas e eficientes. Essas discussões avançam diretamente a Prioridade 2: Tornar os compromissos em ação em nível de país e a Prioridade 5: Capacitar cidades e municípios para progredir, à medida que países e autoridades locais implementam soluções inovadoras para alinhar a alimentação escolar com as metas climáticas e de sustentabilidade.

### Evidências globais – Alimentação Escolar para a Saúde Planetária

O Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar apresentou os resultados de um grande esforço colaborativo sobre “refeições escolares favoráveis ao planeta”, que reuniu contribuições de mais de 160 autores em 87 organizações. Esse trabalho ajudou a colocar a alimentação – e especificamente a alimentação escolar – no centro das discussões climáticas globais, inclusive na COP28, onde a alimentação escolar teve destaque na agenda alimentar e climática. A análise do Consórcio destaca que aproximadamente 70% dos alimentos adquiridos pelos governos são destinados à alimentação escolar, ressaltando o enorme potencial das políticas de alimentação escolar de influenciar a forma como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos<sup>2</sup>.

A pesquisa identificou quatro áreas em que os governos podem alcançar impactos rápidos e de curto prazo: incluir nos cardápios alimentos diversos, locais, densos em nutrientes e indígenas; transicionar para métodos de cozimento limpos e eficientes para reduzir o desmatamento e as emissões; reduzir o desperdício de alimentos, o que contribui substancialmente para as emissões de gases de efeito estufa e custos desnecessários; e incorporar a educação alimentar holística nos currículos para moldar as preferências alimentares e os comportamentos das

<sup>2</sup> Pastorino, Silvia; Springmann, Marco; Backlund, Ulrika; Kaljonen, Minna; Singh, Samrat; Hunter, Danny; Vargas, Melissa; Milani, Peiman; Bellanca, Raffaella; Eustachio Colombo, Patricia; Makowicz Bastos, Deborah; Manjella, Aurillia; Wasilwa, Lusike; Wasike, Victor; Bundy, Donald AP; a equipe de escrita do Artigo Técnico do Consórcio de Pesquisa (2023). School meals and food systems: Rethinking the consequences for climate, environment, biodiversity, and food sovereignty. Documento de Discussão. Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres. DOI:

<https://doi.org/10.17037/PUBS.04671492>

crianças para a vida. O Consórcio enfatizou o papel central das regras de contratação pública no longo prazo. Ao integrar critérios ambientais, climáticos e socioeconômicos às decisões de aquisição, os governos podem orientar os sistemas alimentares para práticas mais sustentáveis e apoiar deliberadamente atores específicos, como pequenos agricultores e agricultoras, por meio de seu poder de compra.

Para ajudar os governos a operacionalizar esses insights, o Consórcio está desenvolvendo um kit de ferramentas, com o apoio de parceiros filantrópicos, para informar as decisões de custo-benefício sobre mudanças de cardápio, escolhas de cultivos, redução de desperdício e tecnologias de cozimento ecológico. O kit de ferramentas está sendo testado no Quênia, Ruanda, Uganda e Etiópia, com planos para uma implantação mais ampla. A agenda de pesquisa também está se expandindo para examinar como a aquisição de alimentos escolares pode promover a saúde do solo e a agricultura regenerativa, e como as mudanças na alimentação das crianças podem reduzir a carga de longo prazo das doenças cardiometabólicas. Um próximo artigo técnico explorará ainda mais a ligação entre padrões alimentares precoces, saúde a longo prazo e resultados econômicos, reforçando a alimentação escolar como um instrumento para a saúde humana e planetária.

## **Experiências dos Países: Alimentação Escolar como Vetor de Transformação dos Sistemas Alimentares**

### **Camboja**

O Camboja institucionalizou a alimentação escolar com compras locais como um programa nacional e a estabeleceu como prioridade em seus marcos de educação e de proteção social. O programa está integrado ao Plano Estratégico da Educação, a uma Política e Plano de Ação específicos de alimentação escolar, bem como às estratégias nacionais de proteção social, segurança alimentar e nutricional, refletindo um forte compromisso político. Uma estratégia de transição acordada com o WFP prevê a completa transferência da gestão de todas as escolas apoiadas para o âmbito nacional até 2028. Como resultado, o número de refeições entregues deverá aumentar de 7 milhões em 2020 para 28 milhões em 2025 e 56 milhões até 2028.

A abordagem do Camboja alinha a alimentação escolar com a transformação dos sistemas alimentares em vários níveis. Nacionalmente, o programa gera evidências sobre seus impactos, incluindo avaliações e um estudo de retorno sobre o investimento que estima que cada dólar investido em alimentação escolar baseada em compras locais produz um retorno quadruplicado, alcançado através de melhores resultados de educação e sistemas alimentares. O programa apoia mercados estáveis para os agricultores locais, promove a agricultura sustentável, cria empregos—especialmente para as mulheres—e melhora os hábitos alimentares das crianças. Em nível regional, o Camboja sediou a primeira Cúpula da Coalizão para Alimentação Escolar do Sudeste Asiático em 2024, catalisando compromissos em relação a padrões nutricionais, financiamento e prioridades de políticas, com acompanhamento e liderança por outros países da região. Em nível global, o Camboja é um membro ativo da Coalizão para Alimentação Escolar, participando de pesquisas, financiamento e atividades de advocacy.

### **Etiópia**

A Etiópia apresentou seu programa amplo e em expansão, que atualmente alcança cerca de 8 milhões de crianças com duas refeições por dia e tem como objetivo chegar a uma cobertura universal para aproximadamente 21 milhões de alunos da educação pré-primária, primária e secundária até 2030. O governo alocou recursos nacionais substanciais, com cerca de 90% do financiamento proveniente do orçamento público, demonstrando forte compromisso interno. A implementação é descentralizada, com grandes cidades como Adis Abeba fornecendo duas refeições diárias para centenas de milhares de estudantes e mobilizando orçamentos municipais significativos.

A abordagem de HGSF direciona recursos diretamente aos agricultores familiares e integra produtos cultivados localmente nos cardápios escolares. Em Adis Abeba, uma parcela notável do mercado de grãos da cidade é fornecida ao programa e, no ano passado, transferências substanciais foram feitas diretamente aos pequenos produtores. Esses esforços fazem parte de uma agenda nacional mais ampla que conecta ação climática, segurança alimentar e capital humano.

### **Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau está empenhada em transferir a dependência de alimentos importados e projetos desenhados externamente para um modelo enraizado na produção local e na propriedade nacional. O país tem condições naturais favoráveis, incluindo extensos recursos hídricos e solos férteis, mas enfrenta restrições na mecanização agrícola e na infraestrutura. O Ministério da Educação está trabalhando em estreita colaboração com o Ministério da Agricultura e instituições financeiras para estabelecer cooperativas equipadas com maquinário capaz de ampliar a produção doméstica e abastecer instituições nacionais, incluindo escolas.

Atualmente, mais de 1.200 escolas são beneficiadas por cantinas, das quais cerca de 850 recebem apoio do WFP. Embora a assistência externa continue sendo crucial, o governo enfatizou sua intenção de construir sistemas sustentáveis que garantam a segurança alimentar nas escolas. As discussões com o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento visam mobilizar financiamento para commodities básicas e fortalecer as cadeias de suprimentos. A alimentação escolar é reconhecida como essencial para a melhoria da educação e do desenvolvimento nacional mais amplo, e o governo expressou sua determinação em assumir maior responsabilidade, ao mesmo tempo em que continua a trabalhar em parceria.

### **Quênia**

O programa de alimentação escolar de longa data do Quênia evoluiu para uma rede de proteção social financiada tanto nacional quanto localmente. Com o apoio inicial do WFP, o programa passou progressivamente para a gestão governamental, com uma linha orçamentária dedicada que cresceu ao longo do tempo. O sistema combina gestão centralizada com iniciativas lideradas pelos condados, voltadas para crianças mais novas. Nas grandes cidades, como Nairóbi, as cozinhas centrais preparam os alimentos em condições controladas e os distribuem às escolas. Esse modelo melhora os padrões de higiene e nutricionais, reduz a dependência de lenha nas áreas urbanas e garante refeições quentes e servidas em horário adequado.

O Quênia posicionou a alimentação escolar como um instrumento-chave para sistemas alimentares resilientes e ambientalmente sustentáveis. Após compromissos assumidos na Cúpula Africana do Clima, o país pretende ampliar a cobertura de 2,6 milhões para 10 milhões de crianças até 2030. Um plano nacional de expansão inclui uma política revisada que promove alimentos produzidos localmente, diversos e tolerantes à seca; um modelo de agregador para aquisição direta de agricultores familiares; e uma coalizão nacional que coordena governo, sociedade civil, setor privado e parceiros. O Quênia também está promovendo a transição para cozinhas limpas nas escolas, com a expectativa de que o financiamento de carbono gerado pela redução do uso de biomassa possa contribuir para a sustentabilidade do programa. Evidências indicam que alcançar 10 milhões de alunos exigiria cerca de USD 280 milhões anuais. O governo está empenhado em priorizar os recursos internos, ao mesmo tempo em que busca parceiros adicionais e financiamentos inovadores para atingir esse objetivo.

## **Lesoto**

O Lesoto vê a alimentação escolar como uma ferramenta de proteção social e um impulsionador da agricultura sustentável, nutrição e desenvolvimento rural. O país adotou uma política nacional revisada que prioriza a alimentação escolar baseada em compras locais e estabelece uma meta ambiciosa para que 80% dos ingredientes das refeições escolares sejam provenientes de agricultores familiares locais que usam métodos sustentáveis e ecológicos. Comitês de alimentação escolar foram estabelecidos em todas as escolas para supervisionar os prestadores de serviços e garantir as compras locais, enquanto um conselho consultivo multi-ministerial reúne altos funcionários da agricultura, finanças, desenvolvimento social, comércio, governo local e gabinete do primeiro ministro para coordenar a política.

O Lesoto introduziu cestas básicas e cardápios flexíveis que podem integrar alimentos produzidos em torno das escolas e investe em treinamento contínuo e apoio aos agricultores, incluindo a construção de estufas e diálogos regulares com associações de agricultores. Ao longo do tempo, o programa passou de operações apoiadas pelo WFP para financiamento totalmente nacional das instituições de educação básica, com os parceiros concentrados nos centros de educação infantil, enquanto o governo se prepara para assumir também essa responsabilidade. A liderança nacional no mais alto nível reforçou a defesa da produção local e cadeias de valor alimentar mais fortes. O país, no entanto, enfrenta questões relacionadas à posse da terra e desafios ligados ao clima, incluindo chuvas irregulares, e respondeu aumentando o orçamento destinado às refeições em 57% para garantir compras sustentáveis da agricultura familiar.

## **Ruanda**

Ruanda transformou rapidamente seu programa, passando de uma intervenção limitada que atendia cerca de 900 mil estudantes para um sistema universal que abrange mais de 4,4 milhões de crianças na educação pré-escolar, primária e secundária. A decisão de mudar para a cobertura universal foi apoiada por um forte aumento no investimento nacional: o orçamento cresceu de USD 6,2 milhões em 2020 para cerca de USD 100 milhões hoje, representando mais de 18% do orçamento da educação.

A alimentação escolar também está sendo usada para catalisar os sistemas alimentares locais. Ruanda prioriza alimentos produzidos localmente, criando mercados estáveis para os agricultores e injetando recursos nas comunidades rurais. Parcerias com fundações têm apoiado pilotos de alimentos integrais fortificados, com vistas à melhoria da qualidade nutricional. Uma campanha nacional, “Let’s Share Lunch (Vamos compartilhar o almoço)”, mobiliza contribuições de pais, comunidades e da diáspora, complementando o financiamento do governo e reforçando a responsabilidade compartilhada. Ruanda também está experimentando modelos de cozinhas centralizadas, melhorando a qualidade e a segurança dos alimentos, reduzindo custos e criando empregos locais. Ao mesmo tempo, o país reconhece o desafio da dependência da lenha para cozinhar e estabeleceu uma força-tarefa de cozimento limpo para impulsionar uma transição para soluções energéticas mais ecológicas e eficientes. Em conjunto, essas medidas posicionam a alimentação escolar como motor de aprendizagem, crescimento econômico local e proteção ambiental.

## **Uganda**

Uganda ilustrou o paradoxo de ser um país com segurança alimentar, terras férteis e produção excedente, enquanto muitos alunos ainda frequentam a escola sem uma refeição. Para enfrentar essa questão, o governo está finalizando sua primeira política nacional de alimentação escolar, que

busca transformar as refeições escolares de uma intervenção assistencial em um investimento estratégico no capital humano e nas economias locais. A política está estreitamente vinculada ao Modelo de Desenvolvimento Paroquial, que direciona recursos ao nível administrativo mais baixo, incluindo alocações significativas para a agricultura.

A estratégia é construída sobre três pilares. Primeiro, capacitar os agricultores familiares por meio de vínculos estruturados de mercado, com as compras priorizando as cooperativas de agricultores e criando acordos previsíveis de compra que incentivem as famílias a passar da agricultura de subsistência para a comercial. Em segundo lugar, promover a agricultura sensível à nutrição para garantir que as refeições apoiem a saúde e o desenvolvimento das crianças. Terceiro, adotar modelos de compras descentralizadas que exigem que as escolas comprem alimentos de dentro de seus próprios distritos, reduzindo custos e emissões e mantendo o valor nas comunidades locais. Os primeiros pilotos, inclusive em Karamoja, mostraram resultados positivos, com melhor atendimento e engajamento mais sério dos agricultores. Uganda estabeleceu uma meta para que pelo menos metade dos alunos recebam uma refeição diária até 2030 e está buscando parcerias para apoiar a implementação dessa abordagem.

## **Parceiros que Promovem Alimentação Escolar Favorável ao Planeta**

### **Fundação Novo Nordisk**

A Fundação Novo Nordisk realizou uma mudança estratégica de uma agenda de pesquisa puramente focada na saúde para uma preocupação mais ampla com sustentabilidade e doenças cardiometabólicas. Isso os levou a priorizar a alimentação escolar baseada em compras locais. Reconhecendo que as doenças relacionadas à alimentação são hoje uma das principais causas de mortalidade prematura, a Fundação identificou a alimentação escolar como uma intervenção única capaz de enfrentar múltiplos desafios simultaneamente: nutrição, saúde de longo prazo, agricultura sustentável e clima. Os engajamentos iniciais concentraram-se em contextos humanitários na África Oriental, conectando agricultores familiares aos mercados de alimentação escolar e apoiando soluções de cozimento mais limpas. Desde então, isso evoluiu para o apoio a programas nacionais na África Oriental e na Índia, onde o foco está na escala e no impacto sistêmico.

A Fundação delineou três áreas principais de contribuição. Primeiro, o apoio à implementação e refinamento do programa, incluindo um aprimoramento os sistemas de aquisição para os agricultores familiares, melhora do funcionamento do mercado e aperfeiçoamento da qualidade das refeições para ganhos de saúde a longo prazo. Em segundo lugar, a pesquisa aplicada para ajudar os governos a fazer escolhas políticas mais sofisticadas. Em terceiro, tecnologia e inovação, incluindo projetos que utilizam ferramentas digitais e inteligência artificial para monitorar a qualidade da alimentação escolar e vincular inovadores e pequenas empresas às cadeias de valor da alimentação escolar. A Fundação enfatizou seu compromisso como um parceiro de longo prazo focado em ajudar os programas a alcançar escala e qualidade.

### **Fundação Rockefeller**

A Fundação Rockefeller baseou-se em mais de um século de investimento em alimentos e agricultura e explicou como um recente pivô estratégico da produtividade para a qualidade da dieta trouxe as refeições escolares para o primeiro plano de sua agenda. A Fundação buscou intervenções capazes de transformar os padrões alimentares em escala e concluiu que a alimentação escolar oferece uma plataforma singularmente poderosa — um investimento

de alto impacto, capaz de abordar múltiplos objetivos de desenvolvimento simultaneamente. A Fundação enfatizou que, embora a cobertura seja importante, a qualidade nutricional e a diversidade das refeições são críticas, e que novas ferramentas agora possibilitam medir e melhorar a qualidade do cardápio.

O trabalho apoiado pela Fundação Rockefeller se concentra em fontes locais sustentáveis, cardápios diversificados e mudanças transformadoras simples, como a substituição de grãos refinados por grãos integrais fortificados, que podem melhorar os resultados de saúde por um custo igual ou menor. A Fundação também promove fazendas e hortas demonstrativas baseadas nas escolas, que funcionam como polos de extensão agrícola e aprendizagem comunitária. Por fim, apoia os esforços para construir a capacidade do estado e reduzir o desvio de recursos e a corrupção, compartilhando as melhores práticas e fortalecendo a governança. Em todas essas áreas, a alimentação escolar é vista como um instrumento para alinhar os objetivos de saúde, educação, agricultura e clima.

## Reflexões finais – Programa Mundial de Alimentos

A sessão destacou que a alimentação escolar já não é percebida apenas como uma intervenção social ou educacional, mas como um instrumento estratégico para transformar os sistemas alimentares e avançar os objetivos climáticos e ambientais. Os países estão utilizando a alimentação escolar para impulsionar a demanda por alimentos produzidos localmente, diversos e nutritivos; para apoiar agricultores familiares e mulheres agricultoras; para promover soluções de cozimento mais limpas; e para educar uma nova geração sobre dietas sustentáveis. A pesquisa e a filantropia estão fornecendo estruturas, evidências e ferramentas que ajudam os governos a fazer escolhas informadas e maximizar o impacto de cada refeição servida. À medida que o mundo avança em direção à COP30, os programas de alimentação escolar se destacam como caminhos práticos, escaláveis e politicamente ressonantes para oferecer benefícios para crianças, comunidades e o planeta.



**Sra. Irere Claudette**, Ministra de Estado da Educação, Ruanda



**S. E. Dr. Chan Sophea**, Subsecretário de Estado, Ministério da Educação, Camboja

## 6. School Meals as Strategic Safety Nets: Building Resilience and Human Capital

Esta sessão destacou como os governos estão integrando a alimentação escolar aos sistemas nacionais de proteção social para fortalecer a resiliência, reduzir a vulnerabilidade e investir no capital humano durante crises, conflitos, choques climáticos e instabilidade econômica. Essa abordagem atende à Prioridade 2: Transformar os compromissos em ação em nível de país, e à Prioridade 1: Tornar a alimentação escolar uma prioridade política e fiscal globalmente.

Exemplos de países demonstraram que a alimentação escolar não é mais vista apenas como uma intervenção nutricional ou educacional. Em vez disso, é um pilar estratégico para proteger as crianças, estabilizar as comunidades e permitir o desenvolvimento a longo prazo. Os programas apresentados durante a sessão reduziram os gastos das famílias, aumentaram a frequência e a permanência escolar, melhoraram a nutrição, apoiaram a educação de meninas e geraram empregos, especialmente para mulheres que trabalham nas cozinhas escolares, hortas e cadeias de abastecimento.

Os países enfatizaram que a alimentação escolar atua como uma força estabilizadora durante emergências, restaurando um senso de normalidade e dignidade mesmo nas circunstâncias mais difíceis. Forte compromisso político, marcos legais, coordenação interministerial, corresponsabilidade comunitária e financiamento interno são centrais para garantir que a alimentação escolar se torne uma rede de segurança nacional permanente. Coletivamente, os exemplos reafirmaram a alimentação escolar como um instrumento de alto impacto e custo-efetivo para o desenvolvimento humano.

### Experiências dos Países: Alimentação Escolar como Proteção Social Essencial

#### Belize

Belize expandiu rapidamente sua cobertura de alimentação escolar após o fechamento das escolas durante a pandemia de COVID 19. O que começou como um piloto para novecentos alunos em 2022 cresceu e se tornou o programa nacional de alimentação escolar Healthy Start (“começo saudável”, em tradução livre), atendendo a mais de 15 mil alunos, representando 12% do Ensino Fundamental e trinta e três por cento dos alunos do ensino médio. O governo destina USD 1,50 por criança por dia (BZ\$ 3), chegando a setenta e oito escolas com refeições gratuitas e nutritivas.

O programa prioriza alimentos locais saudáveis, desenvolvimento de capacidades para cozinheiros e educação nutricional integrada por meio de iniciativas de hortas escolares coordenadas com os ministérios da agricultura e da saúde. Também reduz os gastos das famílias e oferece emprego formal a mais de trezentos cozinheiros, a maioria deles mães. Em 2024, o Gabinete aprovou a primeira Política de Alimentação e Nutrição Escolar, fundamentada nos direitos à alimentação, à nutrição, à saúde e à educação. Belize pretende ampliar a cobertura e institucionalizar o programa, tirando lições de países como o Brasil e trabalhando em estreita colaboração com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Pan-americana da Saúde, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o WFP.

## **Burkina Faso**

Burkina Faso enfrenta conflitos, deslocamento interno e uma população muito jovem, com mais de 40% com menos de quinze anos. As cantinas escolares servem como redes de segurança essenciais que mantêm as crianças na escola durante a crise e apoiam a resiliência da comunidade. O governo investe aproximadamente USD 300 milhões (18 bilhões de CFA) por ano em alimentação escolar. Apesar dos desafios da descentralização, as autoridades nacionais reforçaram a liderança para garantir uma prestação de serviços consistente.

Uma inovação emblemática é o modelo “Uma escola, uma cultura, uma fazenda escolar”, que integra agricultura, nutrição e educação. As escolas cultivam campos e jardins que alimentam os alunos e ensinam habilidades agrícolas, responsabilidade e administração ambiental. Conselhos comunitários, incluindo pais e lideranças locais, participam da gestão das cantinas. Muitas escolas já estão fornecendo refeições diárias usando alimentos cultivados localmente e o governo pretende expandir para várias refeições por dia. Esse modelo endógeno fortalece a autossuficiência e reflete a abordagem cultural e econômica mais ampla de Burkina Faso.

## **República Democrática do Congo (RDC)**

Também na República Democrática do Congo, a alimentação escolar é uma ferramenta crítica de proteção social. Uma nova Estratégia Nacional de Alimentação Escolar para 2025-2030 foi validada este ano, estabelecendo uma coordenação multissetorial entre os ministérios da educação, saúde, agricultura, finanças e orçamento. Com o apoio do WFP, o país alcançou 900 mil crianças em 180 escolas em 2023 e expandiu para escolas complementares no ano seguinte.

Diante da insegurança ao leste e dos choques climáticos recorrentes, a estratégia prioriza zonas rurais e de emergência. Quando as escolas não podem funcionar, as cestas alimentares para consumo domiciliar garantem a continuidade. As hortas escolares e os campos comunitários funcionam como espaços práticos de aprendizagem, ensinando as crianças sobre nutrição, agricultura, higiene e uso responsável dos alimentos. O financiamento é o principal desafio. O governo está trabalhando com comunidades, pais, associações de mulheres, setor privado e parceiros para diversificar as fontes de financiamento, incluindo mecanismos nacionais e internacionais inovadores. A visão de longo prazo é que cada cantina escolar impulse a equidade, fortaleça a agricultura local e contribua para a paz e o desenvolvimento humano.

## **Honduras**

Honduras apresentou um programa nacional abrangente que alcança mais de 1,3 milhão de crianças, cobrindo 90% das instituições de ensino. Implementado com o WFP e coordenado com os ministérios do desenvolvimento social e da educação, o programa é central para o sistema de proteção social do país. Ele se baseia em seis pilares: aquisição local, refeições sustentáveis e culturalmente adequadas, permanência escolar, melhoria da nutrição e do desenvolvimento cognitivo, adaptação às mudanças climáticas e continuidade do serviço.

As taxas de evasão caíram de 1,7% para 0,7%. Uma iniciativa piloto de “refeições frescas”, apoiada pelo WFP e pela Fundação Rockefeller, fornece frutas e legumes para 173 escolas e fortalece os produtores locais. Os desafios persistem devido à insegurança alimentar, pobreza, vulnerabilidade climática, pressão fiscal e redução do financiamento externo. No entanto, Honduras reafirmou seu compromisso de expandir e manter a alimentação escolar como um investimento estratégico em resiliência, equidade e desenvolvimento humano.

## Peru

O Peru, ao colocar seu programa nacional estabelecido em 2012, faz parte de uma política estatal mais ampla de desenvolvimento social até 2030. Agora atinge mais de quatro milhões de estudantes em 67 mil em áreas rurais, urbanas, indígenas e de fronteira. Ao colocar o programa sob a alçada do Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social, a alimentação escolar foi institucionalizada como uma medida central de proteção social, apoiando o bem-estar, a nutrição, a educação e a igualdade de oportunidades. O programa agora atinge mais de quatro milhões de estudantes em 67 mil em áreas rurais, urbanas, indígenas e de fronteira.

Embora as operações logísticas funcionem em escala, o Peru observou a necessidade de fortalecer a responsabilidade compartilhada, o monitoramento da comunidade e as compras locais dos agricultores familiares. A geração de evidências continua sendo essencial para a expansão nacional das abordagens de alimentação escolar baseada em compra local (HGSF). A pandemia também fortaleceu a capacidade de adaptação do Peru, tornando a alimentação escolar um instrumento flexível de proteção social durante emergências. O país foi reconhecido no relatório do Estado da Alimentação Escolar de 2024 por manter com sucesso os serviços quando as escolas estavam fechadas. O Peru continua avançando na coordenação multissetorial entre os ministérios da educação, saúde, agricultura e produção e apoia a Cooperação Sul-Sul para acelerar o progresso.

## Somália

A Somália está se recuperando de décadas de conflito que enfraqueceram severamente os serviços públicos. A matrícula na escola primária, antes em 24%, agora se aproxima dos 40%, e o número de crianças fora da escola caiu de 5 milhões para 3 milhões. A alimentação escolar é fundamental para sustentar esse progresso. Com o apoio de parceiros, a Somália alcançou 217 mil crianças nos últimos dois anos e adotou uma política nacional e um plano de transformação de cinco anos visando a cobertura universal na educação primária até 2030.

Pela primeira vez, o financiamento interno aparecerá no orçamento nacional em 2026. O país também está expandindo o cofinanciamento por meio de parcerias com finanças, agricultura, administrações locais, pais, atores empresariais e parceiros internacionais, inclusive por meio de trocas de dívidas e mecanismos combinados. Os desafios permanecem devido a secas recorrentes, choques no sistema alimentar e insegurança, mas o compromisso político é forte, e o governo espera passar da cobertura atual de 10% para o acesso universal até 2030.

## Ucrânia

A Ucrânia apresentou a alimentação escolar como um investimento central em capital humano em um momento de guerra. Apesar dos ataques à infraestrutura, o país avança em uma reforma nacional lançada há cinco anos, reunindo os ministérios da educação, saúde e agricultura para modernizar a alimentação escolar. Hoje, mais de um milhão de alunos da primeira à quarta série recebem refeições saudáveis, e o governo planeja expandir a cobertura para 3 milhões de alunos até 2026. As principais prioridades incluem modernizar cozinhas, atualizar equipamentos e treinar 6 mil cozinheiros nos próximos dois anos.

O conflito forçou a Ucrânia a construir escolas clandestinas para manter as crianças seguras, mantendo os serviços educacionais e de nutrição. Os esforços também se concentram em mudar os hábitos dos pais para dietas mais saudáveis, apoiados por campanhas de comunicação em todo o país. A reforma é coordenada por uma pequena equipe nacional que manteve a continuidade, mostrando que, mesmo em circunstâncias extremas, é possível entregar alimentação diária e estabilidade através das escolas.

## Reflexões Finais – Finlândia

A Finlândia concluiu a sessão compartilhando como a alimentação escolar, em sua própria história, contribuiu para a reconstrução pós-guerra e para a criação de uma sociedade mais igualitária. Hoje, todas as crianças na Finlândia recebem uma refeição diária nutritiva e com financiamento público, reforçando a saúde infantil, a aprendizagem e a coesão social. A sessão demonstrou o poder da liderança nacional quando a alimentação escolar é incorporada em todos os setores, fortalece os direitos das crianças e contribui para a construção da paz e resiliência.

Exemplos de liderança de Belize, Burkina Faso, RDC, Honduras, Peru, Somália e Ucrânia mostram como os programas de alimentação escolar podem se adaptar à crise, fortalecer as economias locais, capacitar os agricultores, salvaguardar a educação e apoiar a formação de capital humano. Como copresidente da Coalizão, a Finlândia reafirmou seu compromisso por meio de apoio político, técnico e financeiro, incluindo USD 13,5 milhões (EUR 12,5 milhões) para 2023–2025. A sessão foi encerrada com um chamado para promover a alimentação escolar como um bem público global e uma promessa a cada criança.



**S. E. Sr. Oscar Requena**, Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Belize



*Da esquerda para a direita:* **S. E. Sr. Ville Tavio**, Ministro do Comércio Exterior e desenvolvimento, Finlândia; **S. E. Sr. Farah Sheikh Abdulkadir**, Ministro da Educação, Cultura e Ensino Superior, Somália; **S. E. Sr. Jacques Sosthène Dingara**, Ministro da Educação Básica, alfabetização e promoção das Línguas Nacionais, Burkina Faso; **Edem Adamanov**, Vice-Ministro da Saúde, Ucrânia; **Sra. Fanny Montellanos Carbajal**, Ministra do desenvolvimento e Inclusão Social, Peru; **S. E. Sra. Raïssa Malu**, Ministra da Educação Nacional e nova cidadania, República Democrática do Congo; **S. E. Embaixadora Cindy Larissa Rodríguez**, Vice-Ministra de Cooperação e Promoção Internacional, Honduras; **S. E. Sr. Oscar Requena**, Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Belize

## 7. O poder das cidades e municípios: impulsionando a inovação e a prestação de contas nos níveis locais

Esta sessão mostrou como as cidades estão se tornando atores fundamentais no avanço de programas de alimentação escolar nutritivos, sustentáveis e equitativos. Por meio da iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, prefeitos e líderes municipais demonstraram que os governos locais possuem alavancas únicas para transformar os sistemas alimentares, ampliar inovações e fortalecer a responsabilização. Seus exemplos ilustraram como as cidades unem aquisição, infraestrutura, engajamento comunitário, educação alimentar e proteção social, transformando a alimentação escolar em um poderoso instrumento de desenvolvimento local. A sessão se conectou diretamente à Prioridade 5: Capacitar cidades e municípios para progredir e reforçou a Prioridade 2: Transformar os compromissos em ação em nível de país.

### **Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro: Impulso Global para a Liderança Local**

Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão (MUFPP)

O Secretariado do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão enfatizou o crescente papel das cidades na liderança da transformação dos sistemas alimentares em todo o mundo. Com mais de 330 prefeitos comprometidos com o Pacto, os líderes urbanos estão aproveitando uma ampla gama de instrumentos de políticas: agricultura urbana e periurbana, gestão de mercados atacadistas, sistemas de assistência alimentar e prevenção do desperdício de alimentos. Entre eles, a alimentação escolar emergiu como a alavanca mais influente para promover nutrição, sustentabilidade e equidade social.

A iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, lançada na primeira Cúpula da Coalizão para Alimentação Escolar em 2023, atua por meio de três pilares: advocacy, intercâmbio de boas práticas e pesquisa. Prefeitos campeões, incluindo os de Adis Abeba, Bangcoc, Copenhague, Nairóbi, Milão, Seul e São Paulo, oferecem modelos que inspiram outros. Essas cidades, juntamente com todos os signatários da MUFPP que possuem um programa de alimentação escolar, contribuíram para o enriquecimento do Banco de Dados Global da Coalizão, desenvolvido pela Iniciativa de Dados e Monitoramento, com dados em nível municipal. Isso demonstra como, mesmo dentro de um mesmo país, as cidades podem enfrentar desafios diferentes, exigindo tipos variados de suporte.

O MUFPP apresentou os novos estudos de caso desenvolvidos em conjunto com o Consórcio de Pesquisa em Saúde e Nutrição Escolar no programa de alimentação escolar de Milão, delineando um modelo dedicado e escalável para apoiar as cidades no mapeamento e análise de seus sistemas de alimentação escolar.

O estudo de caso de Milão mostra como a cidade construiu um dos serviços de alimentação escolar pública mais inovadores do mundo. A alimentação escolar na cidade remonta a 1900 e, hoje, atende diariamente 77 mil crianças por meio de uma rede complexa de cozinhas centrais, de bairro e satélites. Sob a Política Alimentar de Milão, a alimentação escolar se tornou o principal motor da cidade para sistemas alimentares sustentáveis e nutrição. Milão alcançou uma redução de 36% nas emissões relacionadas a alimentos entre 2015 e 2024, superando em muito sua meta de 2030, ao mesmo tempo que reduziu as compras de carne vermelha em 81% e aumentou as proteínas vegetais em nove vezes. De todos os seus ingredientes, 64% agora vêm de fornecedores orgânicos. Esses resultados foram impulsionados por aquisições sustentáveis,

reformulação dos cardápios escolares, estímulos comportamentais nas cantinas e forte engajamento com famílias e professores. Embora os desafios permaneçam, particularmente no aumento da aceitação de legumes e novas receitas pelas crianças, o modelo de Milão demonstra como a inovação, as evidências e a participação da comunidade podem transformar a alimentação escolar em escala.

O Secretariado do MUFPP também apresentou uma grande colaboração com a ASEAN, financiada pelo Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional da Itália. A iniciativa envolveu vinte e nove cidades em oito países e produziu dois resultados principais: um programa de treinamento executivo para autoridades municipais dos estados-membros da ASEAN e seis estudos detalhados de viabilidade. Esses resultados estão agora permitindo que as cidades avancem na qualidade e sustentabilidade de seus programas de alimentação escolar, demonstrando o valor da cooperação internacional para o fortalecimento da capacidade municipal e a replicabilidade dessas ações.

## **■ Debate de Prefeitos Campeões: Inovação Local em Ação**

### **Belo Horizonte, Brasil**

Belo Horizonte apresentou uma solução inovadora para um desafio comum: garantir o acesso a alimentos nutritivos durante as férias escolares, quando as crianças perdem sua principal fonte de alimentação diária. A Prefeitura fornece cestas básicas para famílias vulneráveis durante as férias escolares. Usando uma abordagem interdepartamental e vales digitais resgatáveis em supermercados, o programa preserva a dignidade, evita filas e garante que as famílias possam acessar os alimentos com segurança e eficiência. Uma equipe de nutricionistas projetou o conteúdo da cesta e os sistemas de dados identificam as famílias mais necessitadas. Hoje, o programa apoia 35 mil famílias e alcança mais de 80% das famílias de baixa renda. O modelo de Belo Horizonte ilustra como as administrações locais podem criar redes de segurança eficientes e centradas no ser humano que se estendem além do ano letivo.

### **Fortaleza, Brasil**

O prefeito de Fortaleza compartilhou o esforço abrangente do município para reconstruir a infraestrutura municipal de educação e melhorar as condições de aprendizagem em uma rede de 630 escolas que atendem 270 mil alunos. Ao tomar posse, o município lançou amplas reformas: reforma completa das escolas, melhorias substanciais no controle do clima e investimentos significativos nas condições de trabalho dos funcionários.

Um redesenho completo do cardápio alinhado às diretrizes nacionais agora garante refeições equilibradas e culturalmente apropriadas provenientes de agricultores locais. O prefeito destacou que o programa de alimentação escolar beneficia não só as crianças, mas também professores e administradores, fortalecendo a coesão dentro das comunidades escolares. Fortaleza também ampliou o apoio alimentar noturno às famílias vulneráveis, complementando a alimentação escolar com uma assistência social mais ampla. Essas iniciativas já tiraram dezenas de milhares de moradores da pobreza. Além disso, Fortaleza aderiu ao Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão, reforçando seu compromisso com sistemas alimentares sustentáveis e liderança em nível de cidade.

## Compromissos e Próximas Etapas para as Cidades que Alimentam o Futuro

O Secretariado do MUFPP destacou uma série de compromissos para fortalecer a liderança municipal dentro da Coalizão e fortalecer a governança alimentar multinível:

- ampliar a biblioteca de estudos de caso sobre Prefeitos Campeões,
- enriquecer a Base de Dados Global da Coalizão com contribuições detalhadas em nível municipal,
- apoiar as cidades da ASEAN na implementação de estudos de viabilidade,
- organizar diálogos nacionais e regionais adicionais, começando pela Indonésia,
- entregar novas rodadas de treinamento executivo para as cidades,
- anunciar um novo grupo de Prefeitos Campeões no Fórum Global do Pacto de Milão em outubro.

## Reflexões Finais

O Brasil ressaltou como os governos locais são fundamentais para o futuro da alimentação escolar. Os municípios são o ponto onde as políticas se tornam realidade, onde os sistemas de distribuição operam e onde escolas, mercados, cozinhas comunitárias e famílias se encontram. A experiência do Brasil na construção da Rede de Alimentação Escolar Sustentável em toda a América Latina e Caribe mostra o impacto transformador da colaboração local-nacional. Os palestrantes enfatizaram que os prefeitos, por estarem mais próximos das comunidades, estão posicionados de forma única para agir com sensibilidade, rapidez e precisão.

A sessão foi encerrada com um apelo para fortalecer a governança multinível, aprofundar a cooperação entre os sistemas nacionais e municipais e garantir que as cidades continuem a servir como motores de inovação. A liderança da cidade é essencial para promover a equidade, a sustentabilidade e o direito a refeições nutritivas para todas as crianças.



Da esquerda para a direita: **Sr. Filippo Gavazzeni**, Chefe do Secretariado, Pacto de Política Alimentar urbana de Milão; **Sra. Darklane Rodrigues**, Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional, Belo Horizonte; **Sra. Serena Duraccio**, Oficial do Secretariado do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão; **Sra. Ottavia Pieretto**, Oficial do Secretariado do Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão; **Sr. Evandro Sá Barreto Leitão**, Prefeito de Fortaleza

## 8. Cumprindo o Compromisso: Governos e Parceiros Avançando na Oferta de Refeições Escolares para Todas as Crianças

Esta sessão destacou como governos, sociedade civil e parceiros internacionais estão unindo forças para traduzir a visão da Coalizão em progresso efetivo para as crianças. Aproveitando o impulso da primeira Cúpula Global em Paris, os palestrantes refletiram sobre os avanços documentados no Relatório Mundial sobre o Estado da Alimentação Escolar de 2024 e sublinharam que alcançar o acesso universal à alimentação escolar só será possível por meio de parcerias fortes e coordenadas. A discussão colocou as experiências das crianças no centro, destacou os esforços nacionais para expandir e fortalecer os programas de alimentação escolar e analisou como a sociedade civil está atendendo ao apelo à ação lançado em 2023 através da [Declaração conjunta da sociedade civil antecedendo a Segunda Cúpula Global da Coalizão para a Alimentação Escolar](#).

A sessão também mostrou como as coalizões criadas na Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU estão agora trabalhando juntas para impulsionar a transformação dos sistemas alimentares. Por meio de exemplos nacionais, pesquisas conduzidas por crianças e reflexões de líderes indígenas, os participantes enfatizaram que a alimentação escolar deve ser inclusiva, culturalmente apropriada e enraizada nos direitos e na dignidade de cada criança. Esses esforços reforçam a Prioridade 2: Transformar os compromissos em ação em nível de país e a Prioridade 6: Priorizar participação e advocacy de alto nível, à medida que governos e parceiros se comprometem a ampliar programas e sustentar o ímpeto em direção a 2030.

### **Vozes das Crianças e Pesquisa Liderada por Crianças**

Uma característica fundamental da sessão foi a apresentação dos resultados de uma iniciativa de pesquisa liderada por crianças, “The Child Now” (“A Criança Agora”, em tradução livre), implementada em 13 países. Por meio de um vídeo e de uma intervenção de uma jovem pesquisadora de Fortaleza, as vozes de mais de mil crianças foram trazidas para a Cúpula. As crianças descreveram o que a alimentação escolar significa em seu cotidiano e como ela afeta sua capacidade de aprender, crescer e se sentirem respeitadas.

A pesquisadora adolescente enfatizou que as crianças querem estar ativamente envolvidas na definição de políticas e programas, não apenas como beneficiárias, mas como parceiras. Ela enfatizou que refeições de boa qualidade ajudam as crianças a se concentrarem, permanecerem na escola e se sentirem valorizadas, e pediu aos líderes políticos e autoridades que ouçam as perspectivas das crianças e melhorem as refeições escolares de acordo. Sua mensagem foi clara: as crianças veem a refeição escolar como um direito e esperam ser ouvidas quando são tomadas decisões sobre sua alimentação.

### **Liderança Governamental e Apoio de Parceiros**

#### **Haiti**

O Haiti apresentou as cantinas escolares como uma ferramenta crítica para melhorar a nutrição, o aprendizado e o desenvolvimento econômico local. A presença dos Ministros da agricultura e da educação na Cúpula sinalizou a alta prioridade dada à alimentação escolar. O governo

adotou um modelo de compras locais que direciona recursos significativos todos os meses para a produção doméstica de alimentos, combinando a agricultura familiar com uma agricultura mais estruturada para fortalecer o abastecimento de lavouras, pecuária e hortaliças.

Os esforços incluem capacitação técnica para agricultores, investimento em infraestrutura de recursos hídricos e apoio a microempreendedores e startups que melhorem a produção, o armazenamento e a distribuição vinculados às cantinas escolares. Como resultado, o programa nacional alcança bem mais de um milhão de estudantes e está expandindo sua cobertura. O Haiti trabalha em estreita colaboração com parceiros como a FAO, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o WFP e agências bilaterais para sustentar e ampliar o programa. O país pediu um financiamento mais previsível que faça a ponte entre os orçamentos humanitário e de desenvolvimento e ressaltou o valor da Cooperação Sul-Sul, particularmente com o Brasil. A alimentação escolar foi apresentada como uma responsabilidade compartilhada, reunindo governo, comunidades e parceiros para proteger as crianças e apoiar os agricultores.

### **Zimbábue**

O Zimbábue descreveu a alimentação escolar como obrigatória e central para sua visão de educação de qualidade. O programa abrange mais de 8 mil escolas primárias e beneficia cerca de 3,6 milhões de estudantes, com financiamento direto do Ministério das Finanças. Aproximadamente USD 5 milhões são alocados anualmente para garantir que todas as crianças, desde o desenvolvimento da primeira infância até a sétima série, recebam pelo menos uma refeição quente e nutritiva a cada dia escolar. O compromisso político é forte e visivelmente apoiado pela liderança nacional.

A implementação depende de unidades de negócios escolares e de uma abordagem de todo o governo que envolve agricultura, saúde e parceiros sociais. Pais e alunos participam do cultivo de hortaliças. O governo perfurou milhares de poços e apoiou unidades de negócios comunitárias que fornecem produtos frescos às escolas. Quando o país enfrentou uma seca induzida pelo El Niño, suprimentos emergenciais de milho e arroz foram distribuídos para proteger o acesso das crianças aos alimentos. O Zimbábue colabora com o WFP, o UNICEF e parceiros globais de educação para reforçar o programa, além de estar se inspirando na experiência do Brasil. A alimentação escolar melhorou a frequência, a retenção, a pontualidade e o desempenho acadêmico, pois as crianças chegam à escola sabendo que vão comer.

## **A Sociedade Civil Cumprindo o Chamado à Ação**

Organizações da sociedade civil informaram sobre o chamado à ação lançado na primeira Cúpula Global. Uma rede que inclui Catholic Relief Services, Fundação Global de Nutrição Infantil, Rede Parlamentar Internacional para a Alimentação, Mary's Meals, Plan International, o movimento da sociedade civil SUN e World Vision tem trabalhado para fortalecer os programas de alimentação escolar liderados pelo governo e elevar o papel da sociedade civil como parceira estratégica.

Exemplos de vários países ilustraram essa contribuição. No Vietnã, a sociedade civil apoiou a expansão da alimentação escolar para creches, criou hortas de nutrição escolar e melhorou a infraestrutura de cozinhas, resultando em melhorias mensuráveis na nutrição infantil. No Quênia, organizações vincularam mulheres empreendedoras da agricultura às escolas, melhorando a alimentação, a frequência escolar e os meios de subsistência locais. Em Honduras, o trabalho com o Ministério da Educação contribuiu para melhores resultados de alfabetização. A sociedade civil também se envolve em análise orçamentária, advocacy e litígios estratégicos

para melhorar a transparência, reduzir taxas ilegais e reforçar a prestação de contas, como demonstrado por iniciativas como Elimika Bora no Quênia.

A representante da sociedade civil destacou que os programas de alimentação escolar são bem-sucedidos quando os governos e a sociedade civil trabalham juntos desde o início, co-projetando programas que refletem as realidades locais. Ela incentivou os governos a reduzir as barreiras à participação de organizações menores, investir em advocacy e pesquisa conjuntas e reconhecer que “alimentar crianças é assunto de todos”: os governos fornecem o mandato e a estrutura, enquanto a sociedade civil pode trazer conhecimento técnico, proximidade com as comunidades e inovação.

## **Reflexões de Parceiros e Coalizões**

A World Vision International refletiu sobre a jornada desde a primeira Cúpula Global, observando o quanto foi alcançado coletivamente e como os dados mais recentes sobre alimentação escolar demonstram um progresso tangível. A organização destacou o poder de começar com as vozes das crianças, a importância da liderança governamental em países como Haiti e Zimbábue e o papel central da experiência do Brasil como referência para muitos programas. A mensagem era que o planejamento em conjunto com a sociedade civil e as comunidades desde o início leva a sistemas de alimentação escolar mais fortes e sustentáveis.

No último segmento da sessão, a Diretora do Secretariado da Coalizão para Alimentação Escolar do Programa Mundial de Alimentos conectou as discussões da Cúpula a uma responsabilidade intergeracional mais ampla. Ela refletiu sobre mais de duas décadas de trabalho na alimentação escolar e ressaltou que a geração atual tem o dever moral de fazer melhor pelas crianças diante das mudanças climáticas e da degradação ambiental.

Em diálogo com o Presidente do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas e a Coalizão de Sistemas Alimentares dos Povos Indígenas, a conversa voltou-se para a importância dos sistemas alimentares indígenas e da identidade cultural. A conversa ressaltou que os sistemas alimentares indígenas são sustentáveis, regenerativos e profundamente enraizados no respeito à natureza. Integrar alimentos e conhecimentos indígenas à alimentação escolar pode ajudar as crianças a se sentirem orgulhosas de quem são, fortalecer a identidade cultural e ensinar práticas sustentáveis. O Presidente do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas convidou os governos a trabalharem com as comunidades indígenas para que futuras cúpulas possam mostrar programas de alimentação escolar culturalmente apropriados e fundamentados no conhecimento indígena.

## Reflexões Finais – França

A França encerrou a sessão reafirmando que os resultados só serão alcançados por meio de parcerias fortes e abordagens inclusivas. A colaboração com as Nações Unidas e a sociedade civil possibilitou ampliar o acesso das crianças à alimentação escolar baseada na aquisição local de alimentos. Produtos cultivados localmente e preparados de forma tradicional, incluindo práticas indígenas, devem ser valorizados nos sistemas de alimentação escolar.

Olhando para o futuro, a França pediu um multilateralismo mais forte e abordagens multissetoriais que conectem educação, saúde, agricultura e proteção social — precisamente o tipo de trabalho integrado que a alimentação escolar pode ancorar. A França reiterou seu orgulho em apoiar a Coalizão para a Alimentação Escolar e sua rede de parceiros da sociedade civil em muitos países. A mensagem de encerramento foi clara: a alimentação escolar não é apenas um instrumento de política pública, mas também um compromisso social e político para dar a cada criança a chance de aprender, crescer bem e participar da construção de sociedades mais resilientes, inovadoras e enraizadas em suas comunidades.



**Sra. Dávila**, Pesquisadora Adolescente; **S. E. Sr. Vernet Joseph**, Ministro da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural, Haiti; **Sra. Dana Buzducea**, Vice-presidente de Advocacy e Relações Exteriores, World Vision International; **S. E. Prof. Sr. Torerayi Moyo**, Ministro da Educação Primária e Secundária, Zimbábue; **Sra. Haydee Diaz**, Catholic Relief Services e Representante da rede de organizações da Sociedade Civil



**Sra. Aluki Kotierk**, Presidente do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas e da Coalizão de Sistemas Alimentares dos Povos Indígenas; **Sra. Carmen Burbano**, Diretora do Secretariado da Coalizão para a Alimentação Escolar e Diretora de alimentação escolar e Proteção Social, Programa Mundial de Alimentos

## 9. O Caminho A Seguir

A Segunda Cúpula Global da Coalizão para Alimentação Escolar reafirmou um compromisso global compartilhado: a alimentação escolar é um dos investimentos mais poderosos que um país pode fazer em suas crianças, em sua economia e na estabilidade de seu futuro. Durante dois dias em Fortaleza, governos, cidades, sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, pesquisadores e jovens apresentaram evidências convincentes e ações concretas demonstrando como a alimentação escolar se tornou uma prioridade estratégica nas agendas de educação, saúde, sistemas alimentares, resiliência climática e proteção social.

A Cúpula marcou um momento crucial de expansão para a Coalizão: 23 novos estados-membros e órgãos regionais se juntaram, ao lado de 46 novos parceiros, levando a Coalizão a 111 governos-membros e 150 parceiros. Os novos membros abrangem a África, Ásia, América Latina, Pacífico e Europa — de Belize, Djibuti, Gana e Guiné-Bissau, à Indonésia, Jordânia, República da Coreia, Eslovênia, Uruguai, Iêmen e órgãos regionais, incluindo a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, a Organização dos Estados do Caribe Oriental e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Sua filiação demonstra crescente confiança na Coalizão como um impulsionador do progresso nacional e da colaboração global.

Os líderes também testemunharam o lançamento de dois importantes bens públicos: o Estado da Alimentação Escolar no Mundo 2024 e a atualização da Base de Dados Global da Coalizão para Alimentação Escolar. O relatório Estado da Alimentação Escolar 2024 revelou que um número sem precedentes de 466 milhões de crianças foi alcançado globalmente, destacando não apenas a amplitude dos investimentos realizados, mas também a necessidade de apoio contínuo a contextos de baixa renda e afetados por crises. A Base de Dados Global ampliada, orientada pela Iniciativa de Dados e Monitoramento da Coalizão, fortalece a transparência e a responsabilização, oferecendo uma plataforma confiável para dados comparáveis sobre cobertura, financiamento e qualidade dos programas de alimentação escolar.

Na Cúpula, mais de 40 governos apresentaram novos compromissos nacionais, elevando o total para 66. Esses compromissos foram acompanhados por quase 50 revisões nacionais voluntárias, demonstrando crescente responsabilização e alinhamento com os objetivos da Coalizão. O Consórcio de Pesquisa para Saúde e Nutrição Escolar apresentou sua quarta declaração anual de pesquisa, destacando fortes evidências de que a alimentação escolar é um investimento fundamental em capital humano e se comprometendo a continuar análises de custo-benefícios, estudos de caso e ferramentas de apoio à decisão com os governos.

As cidades também despontaram como atores centrais no ecossistema da alimentação escolar. Por meio da Iniciativa Cidades que Alimentam o Futuro, o Pacto de Política Alimentar Urbana de Milão e seus Prefeitos Campeões apresentaram abordagens inovadoras lideradas por cidades para promover sistemas de alimentação escolar saudáveis e sustentáveis — desde as mudanças de compras públicas com foco em alimentos de origem vegetal em Milão até o programa de cestas de alimentos com dignidade de Belo Horizonte e o modelo de alimentação escolar recentemente lançado em Fortaleza. A cidade de Fortaleza também aderiu ao Pacto de Milão e à iniciativa, demonstrando a ampliação da liderança dos prefeitos.

Os parceiros avançaram suas contribuições em várias frentes. A Iniciativa de Financiamento Sustentável da Coalizão anunciou planos para apoiar os países não apenas no desenvolvimento de estratégias de financiamento, mas também na sua implementação. A World Vision e seus parceiros lançaram o projeto de pesquisa liderado por crianças *School Meals in Our Words*

("Alimentação Escolar em nossas Palavras", em tradução livre), amplificando os depoimentos de mais de 1 mil crianças em 13 países. A Rede da Sociedade Civil apresentou um relatório detalhado de progresso após seu Chamado à Ação de 2023 e endossou novos Compromissos Conjuntos para os próximos dois a três anos, com o objetivo de fortalecer sistemas de alimentação escolar inclusivos e liderados pelos governos. Enquanto isso, a Coalizão de Sistemas Alimentares dos Povos Indígenas pediu um maior reconhecimento das práticas alimentares culturais, do conhecimento tradicional e da gestão ambiental nos programas de alimentação escolar.

## **Olhando Para o Futuro**

À medida que a Coalizão avança para a próxima fase de ação, os estados-membros e parceiros delinearam uma agenda voltada para o futuro:

- A alimentação escolar será ainda mais integrada às políticas nacionais e aos processos decisórios, reconhecendo-as como investimento social e econômico essenciais. O impulso se concentrará em alcançar 150 milhões de crianças adicionais até 2030, com base na Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e nos resultados da Cúpula da Nutrição para o Crescimento.
- A aprendizagem coletiva e o compartilhamento de conhecimento permanecerão centrais. As iniciativas da Coalizão continuarão a fornecer assistência técnica, facilitar o intercâmbio entre pares e avançar na pesquisa para ajudar os países a enfrentar gargalos em projetos, implementação e monitoramento.
- As Instituições Financeiras Internacionais desempenharão um papel em expansão, auxiliando os governos a superar as restrições fiscais e escalar modelos sustentáveis e baseados em compras locais. A colaboração com essas instituições — e mecanismos inovadores de financiamento — será fundamental para desbloquear o investimento na escala necessária.
- A mobilização local será priorizada. Organizações da Sociedade Civil, municípios e redes regionais, como a Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), continuarão fortalecendo os sistemas nacionais por meio de expertise técnica, engajamento comunitário e parcerias multisetoriais.
- A defesa e a visibilidade se expandirão nas principais plataformas globais, incluindo a União Africana, G7, G20, Assembleia Geral da ONU e as negociações climáticas da ONU (COP31). A Coalizão continuará destacando os benefícios intersetoriais da alimentação escolar — da educação e nutrição à igualdade de gênero, economias locais e resiliência climática.
- O Programa Mundial de Alimentos continuará a sediar o Secretariado, apoiando a direção estratégica, a coordenação e o engajamento em toda a Coalizão.
- A Coalizão se reunirá novamente em sua reunião Ministerial da Força-Tarefa em 2026 e na terceira Cúpula Global em 2027, proporcionando momentos-chave para revisar o progresso, renovar compromissos e fortalecer parcerias.

